

O inútil mistério

Wagner Teixeira

O Governo, soube-se na semana passada, estava preparando um elenco de providências para reorientar a economia. Seria mais um pacote, essa deplorável forma de administrar por impactos, tão em moda ultimamente. A imprensa, no caso o **CORREIO BRAZILIENSE**, cumpriu seu dever e noticiou, com o destaque devido, as intenções da equipe econômica.

Como não se registrou um desmentido vigoroso, é de se supor que o noticiário haja correspondido aos fatos. Estes, provavelmente, poderiam se constituir em acontecimento de rotina administrativa, não fosse o ar de mistério que os envolvia, desfeito pela competência de alguns repórteres atuantes.

Tudo levava a crer que, ao longo de vários governos, a experiência já houvesse comprovado que os cidadãos estão cansados das grandes surpresas que afetam suas vidas e as de suas famílias. Uma breve consulta aos setores interessados demonstrará que todos preferem participar do processo de discussão de novas soluções para o País, ao invés de ficarem aguardando inovações procedentes dos gabinetes da tecnocracia.

Debate aberto e metas definidas em clima de bom-senso são, neste momento, uma preferência nacional. Veja-se, por exemplo, como se houveram bem, em suas missões parlamentares, o presidente da Câmara dos Deputados, Ibsen Pinheiro, e o presidente do Senado, Mauro Benevides. Em meio às críticas que sempre se dirigem ao Congresso, os dois tranquilos dirigentes levaram ao fim o primeiro semestre legislativo com uma boa folha de serviços. É evidente que deputados e senadores têm consciência de que muito falta ser melhorado, mas sabem que a

marca conseguida os habilita a feitos mais decisivos no segundo semestre. Convém lembrar que o Congresso é uma instituição permanentemente exposta à opinião pública, cujos representantes têm acesso às suas dependências, onde, aliás, exercem, às vezes com muita energia, seu direito de manifestar-se livremente.

Pelo visto, o mistério inútil não é uma aspiração dos brasileiros. Foi-se o tempo em que tudo se fazia em segredo e a sorte dos cidadãos era decidida depois de consultas a informes deficientes e apaixonados. No momento, temos um presidente da República que não se esconde dos concidadãos e permite até que a imprensa o veja ofegante, depois das corridas dominicais. Exposição maior não pode haver.

Vivemos no país em que o deputado Amaro Netto defende abertamente a adoção da pena de morte; em que o deputado Cunha Bueno faz campanha pela volta da monarquia. E o deputado Roberto Campos, que jamais dissimulou suas idéias, prega os valores do liberalismo e a prevalência da economia de mercado livre.

Felizmente, o sigilo como norma vai-se reduzindo à sua real função que é a de preservar as autoridades e o povo de grandes comoções nacionais, entre as quais não se incluem certamente quatro ou cinco medidas econômicas que qualquer analista pode antecipar sem muito esforço.

O quadro atual não é necessariamente negativo. Sabe-se, pela imprensa, que o ministro Marcílio Marques Moreira começou, sistematicamente, a conversar com parlamentares. É de se esperar que eles aproveitem a oportunidade para advogar, junto ao Executivo, uma integração maior com o Congresso, mediante consultas abertas visando à resolução dos mais graves problemas nacionais.